



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRIMEIRA CÂMARA DE 26/11/19

ITEM Nº45

PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – PARECER

45 TC-006347/989/16

Prefeitura Municipal: Dourado.

Exercício: 2017.

Prefeito(s): Luiz Antônio Rogante Junior.

Advogado(s): Rogerio Fabiano Meschini (OAB/SP nº 219.635) e Rita de Cássia Gomes de Oliveira (OAB/SP nº 199.475).

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-13 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-13 - DSF-II.

RELATÓRIO

Em exame as contas do PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADO referentes ao exercício de 2017.

À vista das falhas anotadas pela Unidade Regional de Araraquara - UR-13 (evento 50) apresentou o Responsável, Senhor Luiz Antônio Rogante Junior, após notificação (evento 53), os seguintes esclarecimentos (evento 72):

A.1.1. CONTROLE INTERNO

- Controle Interno não atende plenamente os artigos 31 e 74, da Constituição Federal, e 4º, da Lei Municipal nº 1.526/2015, e o Comunicado SDG nº 35/2015.

Defesa – O Controle Interno tem exercido suas atribuições institucionais. Não obstante, a Administração determinou ao responsável que faça constar dos relatórios, de maneira expressa,



apreciação do cumprimento das metas dos planos orçamentários, gestão patrimonial, avaliação da eficácia dos repasses a entidades do terceiro setor, análise das licitações e execução dos contratos e monitoramento dos serviços prestados (doc. 04).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

- **Falta de equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA/LDO/LOA), visando atender aos preceitos do Artigo 165, da Constituição Federal, o que acarretou alto índice de alterações orçamentárias;**
- **Inexistência de levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento e de margem para projetos destinados a programas originários da participação popular;**
- **Existência de ações com metas, unidades de medida e quantidades estimadas/realizadas incompatíveis entre si;**
- **Ausência de programas e ações voltadas para o aprimoramento das questões ambientais e da tecnologia da informação, mesmo sendo constadas várias falhas no IEGM (I-AMB e I-GOV-TI);**
- **Falta de ações (projetos) direcionadas à manutenção ou reforma da Cozinha Piloto Municipal, apesar de ter sido constatada a necessidade da realização de várias adequações;**
- **Ações com metas estimadas iguais a “zero”;**
- **Desvios superiores a 30% entre a dotação inicial e a dotação atualizada em diversas ações programadas.**

Defesa – O planejamento é realizado pelo Departamento de Finanças, com participação efetiva dos demais Departamentos da Administração e popular, os quais expõem previamente os eventuais problemas e necessidades de cada setor, oferecendo, assim, a oportunidade de atuar de forma contínua e sistemática na propositura, planejamento e



avaliação de políticas públicas. Não obstante, o Executivo está estudando a contratação de servidor dedicado ao planejamento, bem como vem adotando medidas para corrigir as demais falhas apontadas no setor.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **Inclusões realizadas pela fiscalização das despesas de 2017 empenhadas em 2018 (reincidência);**
- **Abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições correspondentes a 20,87% da Despesa Fixada (inicial).**

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

- **Inobservância ao artigo 83 da Lei nº 4.320/64.**

B.1.5. PRECATÓRIOS

- **Registro dos precatórios nas contas destinadas ao Regime Ordinário, apesar de a Prefeitura ter sido enquadrada no Regime Especial;**
- **Falta de controle e registro dos montantes depositados na conta especial dos precatórios entre os valores pagos e a pagar pelo DEPRE-TJSP.**

B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

- **Ajustes efetuados pela fiscalização, oriundos de despesas de pessoal do exercício de 2017 empenhadas no exercício de 2018.**

Defesa – As inclusões realizadas pela equipe de inspeção dizem respeito a despesas geradas durante o mês de dezembro, as quais, por falta de



amparo orçamentário e falta de tempo hábil para elaboração de projeto legislativo que autorizasse a abertura de crédito suplementar, foram devidamente quitadas começo do mês seguinte, o que não causou desajuste fiscal, tampouco no que concerne ao gasto laboral, que atendeu plenamente ao limite legal. Além disso, o percentual de créditos suplementares situou-se dentro do patamar permitido pela Lei Orçamentária Anual e a abertura desses créditos foi autorizada por lei específica. No tocante à dívida judicial, o Município foi enquadrado no regime especial em 27 de julho de 2017 (doc. 09) e, diferentemente do indicado no relatório da fiscalização (fl. 13), a Prefeitura possui os extratos de processos referentes a pagamentos de precatórios (doc. 10), bem como registro dos débitos a pagar em exercícios futuros (doc. 11), encontrando-se em situação de adimplência junto ao DEPRE – TJSP (doc. 12).

B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- **Ausência de controle da jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos comissionados, contrapondo o Princípio da Isonomia;**
- **Ocupante do cargo de Diretor Jurídico não demonstrou o cumprimento da jornada de trabalho, em contrariedade ao artigo 130, parágrafo primeiro, da Lei Municipal nº 1.615/2017;**
- **Pagamentos de horas extras de forma habitual, em clara violação ao artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, no valor de R\$ 273.510,82.**

Defesa – A Administração Municipal entende não ser necessário o registro de ponto dos servidores comissionados, uma vez que tais cargos e respectivas atribuições não se afeiçoam ao “registro de ponto” pela transitoriedade e precariedade da função de confiança, não fazendo sentido o efetivo controle de horário. Não obstante, a Prefeitura



anunciou a inclusão do cadastro do Diretor Jurídico no registro de ponto eletrônico (doc. 14). Quanto às horas extras, seu pagamento é majoritariamente destinado aos servidores dos Departamentos de Saúde e Educação, em razão de necessidades específicas dessas áreas, com rigoroso controle dos respectivos Diretores. Sem embargo, o Município vem adotando diversas providências com vistas à eliminação de quaisquer irregularidades acerca da matéria, remanejando servidores, exigindo justificativa e autorização da chefia imediata, determinando a observância da jornada limite permitida e realizando concurso público.

B.3.1. TESOURARIA / ALMOXARIFADO / BENS PATRIMONIAIS

- Pendências nas conciliações bancárias e utilização de terminologia equivocada em conta corrente;

Defesa – A matéria encontra-se regularizada, conforme comprova documento anexo (doc. 16).

- Conselho Tutelar necessita de melhorias em sua estrutura e aquisição de equipamentos para seu o regular funcionamento, conforme TAC firmado com o Ministério Público do Estado de São Paulo;

Defesa – Consoante documento emitido pela Presidência do Conselho Tutelar e protocolado junto ao Ministério Público, a Prefeitura Municipal cumpriu as cláusulas estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado (doc. 17).

- Falhas no controle de consumo de combustíveis, pois deixaram de ser registrados valores correspondentes a R\$ 72.531,20;

Defesa – Para que essa falha não remanesça, a Administração anunciou a adoção de medidas, como a contratação de empresa para prestação



de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos, por meio da implantação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético (doc. 19).

- Falta de destinação adequada dos bens inservíveis ou parados por falta de peças;

Defesa – Conforme mencionado (doc. 02), verifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis da Prefeitura Municipal de Dourado, cujo objetivo consiste na elaboração de inventário físico, avaliação dos bens e realização de leilão dos bens classificados como inservíveis.

- Inexistência de controle patrimonial dos bens imóveis, nisso infringindo as disposições do artigo 94 e 96, da Lei nº 4.320/64.

Defesa – O Departamento de Administração, em conjunto com o Departamento de Obras e o Setor de Lançadoria, está procedendo ao levantamento de dados e informações para mensuração e evidenciação dos bens imóveis da Prefeitura de Dourado no competente registro municipal.

C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice “C”

- Ausência de programa municipal de avaliação de rendimento escolar;

- Falta de alcance da meta do IDEB (anos iniciais e finais), prevista para o ano de 2017, e redução da nota em relação a obtida no ano de 2015;

- Estabelecimentos de Ensino: diversas falhas identificadas, tais como: ausência de visita do Conselho de Alimentação Escolar, necessidade de aprimoramento da merenda servida, inexistência



de biblioteca/sala de leitura adequada, falta de manutenção periódica nas lousas digitais e nos computadores, entrega de apostilas após o início do bimestre, computadores em número insuficiente, inexistência de AVCB, presença de quadra descoberta, necessidade de realização de reparos e reformas em geral, falta de disponibilização de capacitação e avaliação dos professores, necessidade de contratação de docentes e profissionais da área da saúde;

- EM Antônio Monteiro Novo: quadra de esportes inutilizada pela presença de pombos;

- EMEF Senador Carlos José Botelho: prédio da escola com graves problemas na estrutura física: rachaduras, infiltrações, necessitando de troca de azulejos, instalação de pia e torneiras e reparos na parte elétrica; aparelhos de ar condicionado adquiridos há tempo e ainda não instalados;

- Plano Nacional de Educação: o Município não atingiu a meta 1A (universalizar a pré-escola) e a meta 1B (ampliar a oferta em creches), do Plano Nacional de Educação;

- Merenda Escolar: Cozinha Piloto com estrutura que não atende ao disposto na Resolução - RDC Nº 216, de 15 de Setembro de 2004 e na Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013, impedindo a expedição do alvará pela Vigilância Sanitária Local;

- A E.M.E.I "Myrian Aparecida Pallota dos Santos", apesar de elaborar a merenda servida aos alunos, não possui alvará da Vigilância Sanitária.

Defesa – Apresenta justificativas e anuncia providências corretivas para correção dos desacertos apontados.

E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

- Diversas falhas verificadas nesta dimensão do IEG-M;



- **Dourado ocupa a 518º posição, com nota de 7,42, no ranking do Programa Município VerdeAzul;**
- **Falhas verificadas na fiscalização ordenada (resíduos sólidos) não sanadas.**

Defesa – Descreve medidas adotadas pela Prefeitura para melhoria da gestão ambiental.

F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

- **Diversas falhas verificadas nesta dimensão do IEG-M;**
- **Vias públicas necessitando de manutenção no asfalto e na sinalização vertical;**
- **Falta de asfaltamento na rua Grégorio Tomazin, Bairro Recreio São José;**
- **A liquidação das despesas, objeto dos contratos nº 11/2017 e nº 28/2017, não discrimina as ruas em que foram realizadas as operações de “tapa buraco”, em descompasso com o artigo 63, parágrafo 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/64.**

Defesa – A Administração já determinou ao Departamento de Obras e Serviços Públicos que corrija as impropriedades constatadas.

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- **Divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP.**

Defesa – Idem ao item B.1.9.

G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

- **Diversas falhas verificadas nesta dimensão do IEG-M.**

Defesa – Ressalta a adequação da Prefeitura às leis de acesso à informação e da transparência fiscal.



H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- Atendimento parcial à Lei Orgânica, às Instruções e às Recomendações exaradas por esta E. Corte de Contas.

Defesa – Idem ao item B.1.5.

Sob a vertente econômico-financeira, **Assessoria Técnica** (evento 85.1) não encontrou óbice de ordem contábil à aprovação da matéria.

Igualmente, **ATJ Jurídica** (evento 85.2) manifestou-se pela emissão de parecer favorável às contas em apreço.

Por conseguinte, **Chefia de ATJ** (evento 85.3), posicionou-se pela aprovação dos demonstrativos.

Por outro lado, o d. **Ministério Público de Contas** (evento 95.1) opinou pela emissão de parecer desfavorável, em razão da insuficiência dos depósitos para quitação de precatórios, no valor de R\$ 42.761,42, os quais foram pagos apenas no exercício de 2018. Propôs, ainda, a emissão de recomendações¹.

Em seguida, o Responsável apresentou alegações complementares (evento 98.1) acerca da questão da dívida judicial, consignando, notadamente, a situação de adimplência, certificada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹ Relativas aos itens: A.1.1, A.2, B.1.1, B.1.5, B.1.9, B.2, B.3.1, C.2, E.1, F.1, G.2 e G.3.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Em face dessas justificativas, o d. **MPC** (evento 104.1) reiterou seu posicionamento pela reprovação dos balanços.

Subsidiaram o presente processo de contas anuais os seguintes protocolados:

01	TC nº:	014898/989/18
	Interessado:	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
	Objeto:	OFICIO Nº 021993/2018 - 25 de junho de 2018 - Processo DEPRE nº: 9000589-66.2015.8.26.0500/03 – Insuficiência de Pagamentos de Precatórios.
	Procedência:	Sim – assunto tratado no item B.1.5 - Precatórios

02	TC nº:	021568/989/18
	Interessado:	M&S SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA
	Objeto:	Notícias sobre possíveis irregularidades em relação ao Pregão Presencial nº 25/2017, Processo Administrativo nº 50/2017, que teve por objeto a "contratação de empresa para a prestação de serviços de administração e intermediação do benefício de alimentação aos servidores do município de Dourado, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios in natura, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida pela legislação pertinente, através de cartões eletrônico-magnéticos ou com tarja magnética".
	Procedência:	Recebido após a conclusão do Relatório de Inspeção

Pareceres anteriores:

Exercício	Processo	Parecer
2016	TC-003869/989/16	Desfavorável ² – Segunda Câmara – DOE 27/10/2018 – em trâmite
2015	TC-002144/026/15	Favorável – Primeira Câmara – DOE 11/08/2017

² Razões que motivaram a emissão de parecer desfavorável: déficit orçamentário, que fez surgir um antes inexistente déficit financeiro; excessivas alterações orçamentárias; e falta de recolhimento de encargos sociais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

2014	TC-000052/026/14	Favorável – Primeira Câmara – DOE 13/04/2016
2013	TC-001579/026/13	Favorável – Segunda Câmara – DOE 16/10/2015

É o relatório.

GCECR
CMB



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TC-006347/989/16

VOTO

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	31,74%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, art. 21, caput e §2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	73,21%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	47,02%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	34,70%	(15%)
Transferências ao Legislativo – CF, art. 29-A, §2º, I	Observaram o limite	7%
População	8.909 habitantes	
Execução Orçamentária	Superávit – 1,76%	
Encargos Sociais (INSS, PASEP e FGTS)	Recolhidos	

ÍNDICE	ASSUNTO	RESULTADO
i-AMB	Índice Municipal do Meio Ambiente: Infraestrutura, Contingenciamento, Resíduos Sólidos, IQR, Programa Ambiental, Plano Municipal de Saneamento.	C
i-CIDADE	Índice Municipal de Cidades Protegidas: Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL)	C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

ÍNDICE	ASSUNTO	RESULTADO
i-EDUC	Índice Municipal de Educação: Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.	C
i-FISCAL	Índice Municipal de Gestão Fiscal: Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.	B+
i-GOV TI	Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação: Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.	C
i-PLANEJAMENTO	Índice Municipal do Planejamento: Investimento, Pessoal, Programas e Metas.	C
i-SAÚDE	Índice Municipal da Saúde: Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.	B

RESULTADO DO IEGM- Índice de Eficiência da Gestão Municipal = C

A	B+	B	C+	C
Altamente	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de	Baixo nível de



Efetiva			adequação	adequação
---------	--	--	-----------	-----------

Os resultados obtidos pelo Município, definidos no momento da emissão de pareceres favoráveis à aprovação dos balanços relativos aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 e o volume de receitas arrecadadas propiciaram realização de procedimento fiscalizatório SELETIVO³ nas contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADO, referentes a 2017.

Nesse contexto, verificou-se aplicação no ensino do equivalente a 31,74% da receita resultante de impostos (artigo 212 da CF⁴) e destinação de 73,21% dos recursos do FUNDEB à valorização do magistério, de acordo, portanto, com o disposto no artigo 60, inciso XII, do ADCT⁵.

³ Conforme previsto no artigo 7º da Resolução nº 04/2017 e no TC-A-39.686/026/15.

⁴ **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

⁵ **Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições:

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.



Houve, também, a utilização da integralidade do montante advindo do FUNDEB, no período examinado, como previsto no artigo 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/07⁶.

A correta aplicação dos recursos destinados ao ensino não se traduz, todavia, no índice i-EDUC do IEGM atribuído ao Município, "C – Baixo nível de adequação". Assim, expeça-se **advertência** à Municipalidade acerca da necessidade de se promover melhorias na área, com base nos quesitos empregados na composição do indicador.

Em visita às Escolas Municipais EM Antônio Monteiro Novo, EMEF Senador Carlos José Botelho, EM Myrian Aparecida Pallota dos Santos, EM Dr. Luiz Antônio Ferreira Malheiro e EMEI Maria do Carmo Balestero Gutierre, a equipe de inspeção constatou diversos problemas, tais como ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; quadra necessitando de reparos; prédio com rachaduras e infiltrações; necessidade de aquisição de bebedouros refrigerados para os alunos; ausência de visitas do Conselho de Alimentação Escolar em 2017; necessidade de contratação de profissionais (Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psicopedagogo, Terapeuta Ocupacional, Professor de

⁶ **Art. 21.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da [Lei 9.394](#), de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Educação Física, Cuidadores, Inspetores, Serviços Gerais); aparelhos de ar condicionado adquiridos há tempo e ainda não instalados; prédio necessitando de troca de azulejos, instalação de pia e torneiras e de reparos na parte elétrica; ausência de capacitação de professores e de avaliação do corpo docente; e melhoria da qualidade da merenda escolar, com aumento na oferta de opções saudáveis e redução na quantidade de produtos industrializados.

De acordo com a Origem, a Secretaria de Educação já vem promovendo manutenção e melhorias nos prédios que abrigam as unidades escolares, visando à eliminação de muitos dos problemas apontados, providências cuja efetividade deverá ser avaliada na próxima visita *in loco*.

Ademais, as notas do IDEB obtidas em 2017 para os anos iniciais e finais do ensino fundamental situaram-se aquém das metas projetadas, registrando-se retrocesso com relação à avaliação anterior (2015). É o que se depreende dos quadros abaixo⁷:

Anos iniciais (4ª série/ 5º ano)

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Dourado	4.8	5.4	5.6	5.8	5.1	6.3	5.9	4.9	5.2	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8

Anos finais (8ª série/ 9º ano)

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Dourado	4.4	4.7	4.7	5.0	4.9	5.3	5.2	4.4	4.6	4.8	5.2	5.6	5.8	6.0	6.3

⁷ Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/>



Com intuito de verificar as condições de funcionamento dos locais onde é preparada a merenda servida aos alunos, a equipe da Unidade Regional de Araraquara realizou inspeção na cozinha piloto e na cozinha da escola “E.M.E.I Myrian Aparecida Pallota dos Santos”. Assim, constatou inadequação da estrutura, muito antiga, da cozinha piloto, que não mais atende à Resolução - RDC Nº 216, de 15 de Setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, e à Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013, que aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação. Caberá, portanto, à Origem, realizar as adequações na cozinha piloto listadas no Relatório da Fiscalização, bem como obter o alvará da vigilância sanitária, eliminar infiltração localizada na parede externa e instalar tela galvanizada em todas as janelas da cozinha da “E.M.E.I Myrian Aparecida Pallota dos Santos”.

Nesse contexto, recomendo à Municipalidade que aprimore a gestão educacional, com base nos quesitos do IEGM e visando ao alcance das metas do IDEB, bem como corrija as impropriedades remanescentes quanto às escolas e instalações de preparação da merenda escolar visitadas.

Ao segmento da saúde municipal direcionaram-se 34,70% das receitas de impostos, percentual superior ao mínimo exigido pelo artigo 77 do ADCT⁸.

⁸ **Art.77. (...)**

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

A propósito, a observância do piso constitucional reflete-se no conceito obtido pelo Município no i-SAÚDE do IEGM: “B - Efetiva”.

Por outro lado, as notas “C – Baixo nível de adequação” atribuídas ao i-AMB, i-CIDADE, i-GOV-TI e i-PLANEJ apontam insatisfatórios resultados a demandar advertência à Prefeitura para que promova imprescindíveis ajustes nos setores de Meio Ambiente, Defesa Civil, Governança de Tecnologia da Informação e Planejamento, voltados à correção das deficiências que despontam do questionário aplicado à Administração Municipal, transcritas no relatório de inspeção.

Ademais, o Executivo deverá atentar para a acentuada queda da nota geral do IEGM (“C – Baixo nível de adequação”⁹), com relação aos períodos anteriores (“B – Efetiva”), buscando reverter essa tendência e alcançar um patamar de maior efetividade, com o aprimoramento da gestão municipal em suas diversas vertentes.

EXERCÍCIOS	2015	2016	2017
IEG-M	B	B	C
i-Planejamento	B	B+	C
i-Fiscal	B+	B+	B+
i-Educ	C+	C	C
i-Saúde	B+	B+	B
i-Amb	C+	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C+	B	C

A Altamente Efetiva / B+ Muito Efetiva / B Efetiva / C+ Em fase de adequação / C Baixo nível de adequação
Índices de 2017 após verificação/validação da Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

De outra parte, o superávit da execução orçamentária (1,76% - R\$ 495.124,77¹⁰), o resultado financeiro positivo (R\$ 1.932.705,25¹¹), a existência de recursos disponíveis para a cobertura total das obrigações de curto prazo, a redução (de 27,37%) da dívida fundada e a qualificação obtida no i-FISCAL do IEGM ("B+ - Muito efetiva") demonstram observância da responsabilidade fiscal na administração municipal.

O pagamento dos subsídios dos agentes políticos ocorreu nos termos da Lei Municipal nº 1.563/2016, sem aplicação de revisão geral anual no período examinado. Além disso, não foram constatados pagamentos acima dos valores fixados.

As despesas com pessoal e reflexos (R\$ 12.896.835,13) atingiram 47,02% da Receita Corrente Líquida (R\$ 27.430.916,97), abaixo do limite de 54% previsto na alínea "b" do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/00¹².

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		R\$
(+) RECEITAS REALIZADAS		28.198.995,03
(-) DESPESAS EMPENHADAS		26.680.949,28
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA		1.000.000,00
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		227.164,78
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		0,00
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		-250.085,76
10 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		495.124,77
		1,76%

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	1.932.705,25	864.895,26	123,46%
Econômico	1.268.283,97	587.326,46	115,94%
11 Patrimonial	18.556.699,45	16.980.720,34	9,28%

12 **Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.



Os repasses à Câmara observaram o limite (7%) imposto pelo inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal¹³.

Os encargos sociais incidentes no período foram recolhidos, assim como as prestações relativas aos acordos de parcelamento celebrados com o INSS¹⁴, e o Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Anteriormente inserida no regime ordinário para a liquidação da dívida judicial, em julho de 2017 a Municipalidade foi reenquadrada no regime especial mensal e realizou depósitos no valor

¹³ **Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.

➤ Perante o INSS:

- N° do acordo: DEBCAD N° 13.188.054-3
Valor total parcelado: R\$ 245.761,74
Quantidade de parcelas: 48¹¹
Parcelas devidas no exercício: 12
Pagas no exercício: 12

¹⁴

➤ Perante o INSS:

- N° do acordo: DEBCAD N° 13.188.055-1
Valor total parcelado: R\$ 1.225.559,28
Quantidade de parcelas: 48¹²
Parcelas devidas no exercício: 12
Pagas no exercício: 12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

de R\$ 85.902,16¹⁵, bem como promoveu a quitação dos requisitórios de baixa monta (R\$ 4.776,40). Segundo cálculos da Fiscalização, nesse ritmo os precatórios estarão liquidados até o exercício de 2024, conforme Emenda Constitucional nº 99/2017.

No entanto, no exercício de 2018, a Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao verificar a suficiência dos depósitos realizados pela Prefeitura, apurou diferença a menor no valor de R\$ 42.761,42¹⁶, o qual foi quitado em julho de 2018, de sorte que o Município dispõe de certidão de adimplência emitido pelo TJ-SP.

Assim sendo, verifica-se que, nas circunstâncias da espécie, diante da mudança de regime de quitação de precatórios ao longo do exercício e do atendimento à requisição do Tribunal de Justiça, com o pagamento da diferença constatada e obtenção da certidão de adimplência, o Prefeito Municipal cumpriu adequadamente com suas obrigações judiciais. Tal é o entendimento adotado por esta C. Primeira

REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	
Saldo de Precatórios devidos e não pagos até 31/12/2016 no BP (passivo)	86.930,94
Ajustes efetuados pela Fiscalização	43.079,73
Saldo das Contas do TJ para receber os depósitos em 31/12/2016 no BP (ativo)	-
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo apurado em 31/12/2016	130.010,67
Mapa de Precatórios recebido em 2016 para pagamento em 2017	
Ajustes efetuados pela Fiscalização	36.378,41
Depósitos efetuados em 2017 (opção anual ou mensal)	85.902,16
Ajustes efetuados pela Fiscalização	43.079,73
Pagamentos efetuados pelo TJ em 2017	128.981,89
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo Financeiro de Precatórios em aberto em 31/12/2017	37.407,19
Saldo das Contas do TJ para receber os depósitos em 31/12/2017	-
Saldo apurado em 31/12/2017	37.407,19

¹⁶ R\$ 43.049,73, corrigidos até a data do pagamento.



Câmara nos autos dos TC-006719/989/16¹⁷ (contas da Prefeitura Municipal de Salto Grande do exercício de 2017) e TC-006833/989/16¹⁸ (contas da Prefeitura Municipal de Guaratinguetá do exercício de 2017), ambos sob a relatoria da e. Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Cabíveis, todavia, recomendações à Origem para que inscreva corretamente os precatórios no Balanço Patrimonial, em atenção aos princípios da transparência (artigo 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83, da Lei Federal nº 4.320/64), bem como quite tempestivamente seus compromissos, calculando

¹⁷ “Em relação ao pagamento dos precatórios, também são passíveis de acolhimento as alegações trazidas pelo responsável, considerando que a Municipalidade efetuou a quitação do valor adicional apurado (R\$ 67,3 mil), em face da notificação expedida pelo Tribunal de Justiça, após verificação da suficiência dos depósitos no ano seguinte (evento nº 28.24), cuja situação se assemelha ao processo TC-006833.989.16-3 recentemente examinado por esta Primeira Câmara, em Sessão de 17/09/19, quando da apreciação das Contas de 2016 da Prefeitura de Guaratinguetá, ocasião em que restou assentada a regularização da matéria, sem prejuízo de consignar recomendação para que suas obrigações sejam adimplidas tempestivamente” (sessão de 05/11/2019; pelo voto da e. Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, e dos e. Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Presidente, e Sidney Estanislau Beraldo; Parecer pendente de publicação).

¹⁸ “Findo o exercício, o Tribunal de Justiça elaborou novos cálculos sobre a suficiência dos depósitos, constatando-se a necessidade de um aporte adicional de R\$ 282.344,66, relativos à majoração da alíquota também sobre os meses de janeiro e fevereiro, diferença que foi devidamente quitada em 02/07/2018, conforme comprovante de fl. 71 e certidão de regularidade de fl. 74 (evento 86.2).

Assim, considerando que a insuficiência foi calculada pelo Tribunal de Justiça após o encerramento do exercício, que o Município providenciou a quitação da parcela faltante em face da notificação expedida e que não foram levantados óbices por ATJ e MPC, resta devidamente regularizada a matéria” (sessão de 17/09/2019; pelo voto da e. Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, bem como, dos e. Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Presidente e Sidney Estanislau Beraldo; DOE 15/10/2019).



adequadamente os valores devidos, para não reincidir na impropriedade noticiada.

Ante o exposto, acompanho manifestações da Assessoria Técnico-Jurídica e Voto pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas do PREFEITO DE DOURADO, relativas ao exercício de 2017, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93 e do artigo 56, inciso II, do Regimento Interno.

Sem embargo das Advertências retro consignadas, Recomendações serão transmitidas pela Fiscalização para que a Administração Municipal aprimore a atuação do Sistema de Controle Interno, dando cumprimento ao disposto no artigo 74 da CF/88; corrija as impropriedades apontadas pelo IEGM sob as perspectivas Planejamento, Fiscal, Educação, Saúde, Gestão Ambiental, Defesa Civil e Tecnologia da Informação; reduza o volume de alterações do orçamento, nos termos dos Comunicados SDG nº 29/2010 (DOE de 19/08/10) e 18/2015 (DOE de 29/04/15); registre corretamente as pendências judiciais, em atenção aos princípios da transparência (artigo 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83, da Lei Federal nº 4.320/64); averigue a real necessidade de realização de elevado número de horas extras pelos servidores, evitando que essa excepcionalidade se torne rotineira; adote controle rigoroso dos gastos de combustíveis, promova o controle patrimonial dos bens imóveis, bem como dê destinação adequada aos bens inservíveis; aprimore a gestão educacional, com base nos quesitos do IEGM e visando ao alcance das metas do IDEB e corrija as falhas estruturais identificadas na Rede Municipal de Ensino; e alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

contábil (art. 1º da LRF e art. 83 da Lei 4.320/1964) e observando o Comunicado SDG 34/2009.

O Expediente TC-021568/989/18, que acompanha os presentes autos, deverá ser encaminhado à Fiscalização, para ciência e eventual subsídio a futuras inspeções.

GCECR
CMB